

MULHERES E

RESISTÊNCIA

NO CONGRESSO NACIONAL

2019



MULHERES E RESISTÊNCIA

NO CONGRESSO NACIONAL 2019

Centro Feminista de Estudos e Assessoria/Cfemea⁰¹

O ano de 2019 foi de muitos aprendizados sobre o monitoramento feminista do Congresso Nacional. A convivência da maioria dos parlamentares com a retirada de direitos, com os crimes ambientais, com políticas armamentistas e que aumentam as desigualdades em nosso país é alarmante. Pra qualquer lado que olharmos o desmonte está presente.

A percepção que tínhamos de que este seria o parlamento mais conservador da história, infelizmente, se confirmou. Grupos conservadores antidireitos e fundamentalistas atuaram organizadamente para aprovar propostas de austeridade econômica e retirada total de direitos sociais, por meio do desmonte da máquina pública com o fim de ministérios e redução ou corte gerais dos orçamentos de políticas públicas, além das propostas de privatização em massa de empresas públicas e autarquias federais.⁰² A Reforma da Previdência foi aprovada. Ela é um passo importante do projeto político ultraliberal de desmonte de políticas públicas e serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e saneamento. A proposta é ampliar o lucro das empresas privadas que oferecem esses e outros serviços. Para as mulheres, as novas regras de aposentadoria dificultam tanto o acesso aos benefícios, que elas resultarão na expulsão de muitas trabalhadoras do sistema de previdência; além de propor a redução dos valores dos benefícios e de transferir o sistema público para o privado, inviável para maioria da população.

Em 2019, tivemos um grande número de proposições que afetam diretamente as mulheres pobres e negras, além de diversas ameaças de retrocessos nos direitos

sexuais e reprodutivos já conquistados⁰³. O desmonte de estruturas no Executivo e o fim do orçamento para a antiga Secretaria de Políticas para as Mulheres levou à descontinuidade da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e contribuiu para o crescimento exorbitante de propostas de alteração na Lei Maria da Penha.

Ao mesmo tempo, temos na composição do Congresso Nacional deputadas e deputados comprometidos com uma agenda feminista. Ainda não é possível falar em uma aliança nesse campo, embora a iniciativa da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista com Participação Popular almeje isso. Mesmo nesse cenário, esta é a melhor composição entre as deputadas que temos visto há pelo menos três legislaturas. E, embora não tenha a mesma capacidade de votos dos grupos conservadores, podem dificultar a aprovação dos projetos de retrocessos.

Nós do Centro Feminista de Estudos e Assessoria focamos na produção de informações sobre o legislativo para subsidiar as estratégias coletivas de monitoramento e incidência dos movimentos e organizações de mulheres. Sabemos que precisamos potencializar nossas resistências, encontrar as unidades possíveis, atuar colaborativamente na contenção dos retrocessos institucionais e socializar aprendizados. Este Balanço é parte deste esforço e traz um olhar do que aprendemos em 2019 sobre o Congresso.

O que nos anima é a disposição dos movimentos em insistir na construção de espaços democráticos de diálogos e de incidência. Vimos isso com a estratégia da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político⁰⁴, a incidência da Articulação do Povos Indígenas do Brasil - APIB⁰⁵ pela defesa dos

01 Este documento foi produzido pela equipe do CFEMEA e das colaboradoras Myllena Calazans e Patrícia Rangel.

02 <https://www.cartacapital.com.br/economia/governo-bolsonaro-dinamita-mundo-do-trabalho-e-poe-o-brasil-de-joelhos/>

03 <https://frentelegalizacaoaborto.wordpress.com/2019/10/10/alerta-feminista/>

04 <https://reformapolitica.org.br/>

05 <http://apib.info/>

povos e territórios indígenas, bem como da Coalização Negra de Direitos⁰⁶ na contenção do Pacote Moro. Nossa estratégia vai por um caminho parecido. Somos parte da construção da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular, que reúne deputadas e movimentos comprometidos com uma agenda política comum. Nos orientamos pelo pressuposto de que não é no Parlamento que a disputa se dá de fato e sim na sociedade, mas que esta é uma trincheira importante de ser ocupada nesse período de desmonte democrático. A democracia é o regime de governo no qual acreditamos.

Através deste Balanço compartilhamos os resultados do nosso monitoramento de projetos de lei da pauta feminista, em especial nos temas relacionados a Direitos Sexuais e Reprodutivos e Laicidade do Estado. Além disso, sistematizamos informações sobre a composição do Congresso e das bancadas que acompanhamos.

Ainda não conseguimos avaliar quando o Governo vai retomar o fôlego das pautas chamadas de “morais” diante dos impasses da agenda econômica. Nem como se comportará o campo da direita, dividido no apoio ao Governo. Por isso, incluímos uma análise breve de projetos importantes em outras áreas, como Violência Contra as Mulheres e Previdência, pois nos ajudam a fazer a leitura do contexto legislativo e nos preparar para os desafios que devemos enfrentar em 2020.

06 <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

Como fazemos?

O monitoramento colaborativo do Congresso Nacional realizado pelo CFEMEA se dá pela seleção e análise de proposições legislativas que versam sobre os direitos das mulheres, em especial os direitos sexuais e reprodutivos, violência contra as mulheres e criminalização dos movimentos sociais.

A partir de uma base de proposições prévia, construída e revisada constantemente no decorrer dos anos, nós elencamos um grupo de palavras-chaves correlatos aos temas citados para selecionar novos projetos e acompanhar a tramitação de propostas. A seleção e o acompanhamento das proposições são realizados diariamente por meio de sistema próprio que monitora, em tempo real, os andamentos e as tramitações desses projetos de lei no Congresso Nacional. Após a seleção e inclusão no sistema, categorizamos os projetos por prioridades – crítica, prioritária, monitorada e extra. Isso subsidia a construção da nossa análise sobre como os/as parlamentares se organizam para propor, pautar e votar matérias sobre os direitos das mulheres.

As análises apresentadas a seguir são resultados do monitoramento contínuo e colaborativo realizado pelo CFEMEA.



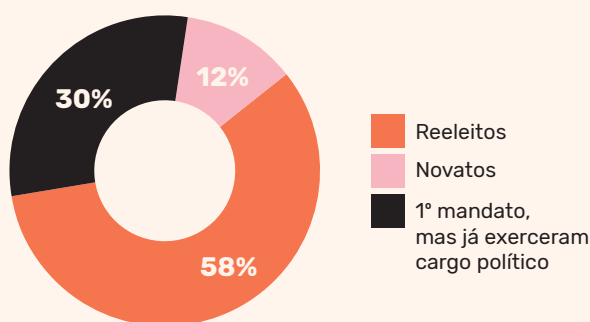
PERFIL DO CONGRESSO NACIONAL EM 2019

Tivemos uma renovação significativa e o aumento da Bancada Feminina, em 2018, incluindo novas deputadas identificadas com as lutas feministas. Também temos pela primeira vez na história, um senador assumidamente homossexual, uma deputada indígena e um deputado com deficiência visual.

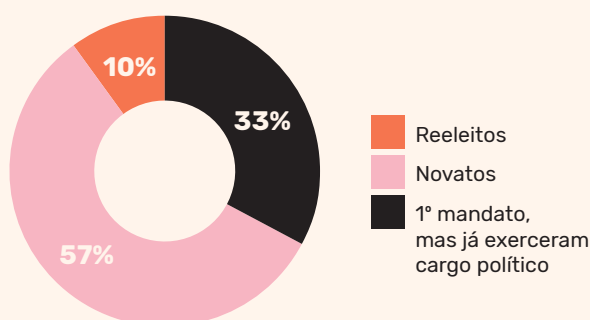
RENOVAÇÃO

O Congresso passou pela maior renovação desde 1990. 56 parlamentares são estreantes na política. E destes 56, 20 não tem nenhum parentesco com pessoas que exercem ou exerceram atividades políticas. O Senado também teve, em números, a mais ampla renovação desde a redemocratização do país. Das 54 vagas que estavam em disputa, 46, ou seja, 85% delas, vão ser ocupadas por novatos. Destes, 40 nunca foram senadores e nove nunca ocuparam cargos públicos, nem eleitos nem nomeados para função de confiança.

Renovação na Câmara Federal 2019-2022



Renovação no Senado Federal 2019-2022



Fonte: Congresso em Foco.

GÊNERO

O número de mulheres eleitas para a Câmara aumentou em relação à última legislatura, de 51 para 77, um aumento de mais de 50% de eleitas. No Senado, a Bancada Feminina agora tem doze senadoras.

RAÇA

Pela primeira vez a Câmara Federal tem uma parlamentar indígena: Joênia Wapichana (Rede-RR). No entanto, o perfil continua majoritariamente branco. No senado, na eleição de 2014 nenhum senador havia se identificado negro. Agora são 3.

BANCADAS

As eleições de 2018 abriram espaço no Congresso para lideranças que ganharam força a partir das manifestações de 2013 e, simultaneamente, ampliou o espaço institucional do campo conservador já conhecido na Casa⁰⁷.

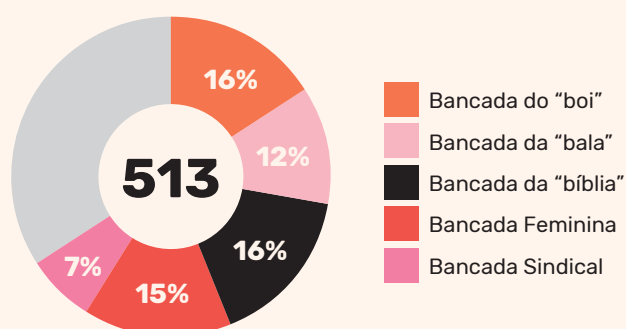
Segundo a análise do Diap⁰⁸, as Bancadas informais ganharam fôlego no período Pós-Impeachment. De um lado, pela grande quantidade de partidos, o que dificulta a negociação e a criação de consensos. De outro, porque o próprio Presidente da República não é afeito à fidelidade partidária e em 2019 saiu do PSL, pelo qual foi eleito, para fundar um novo partido. De fato, a chamada Bancada “BBB” – Boi (agronegócio), Bala (segurança) e Bíblia (religiosa) – teve muito po-

⁰⁷ <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/lista-completa-dos-senadores-e-deputados-federais-eleitos-em-2018/>

⁰⁸ <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/4045-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023-fevereiro-de-2019>

der, mas não chegou a agir de forma tão articulada e próxima à Presidência como esperávamos.

Distribuição das Bancadas do nosso interesse



*Este Gráfico não leva em conta a sobreposição das Bancadas

Fonte: DIAP, 2018.

BANCADA EVANGÉLICA E FUNDAMENTALISTAS

A Bancada Evangélica é a mais atuante nas questões de cunho moral. Sua atuação é mais incisa nos temas: (1) homossexualidade, (2) aborto e (3) interesses religiosos corporativos. Nas demais pautas, o interesse dos deputados/as que a compõem é bastante heterogêneo. "Trata-se de bancada que atua de forma organizada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Segundo João Luis Binde⁰⁹, a composição da Bancada é formada basicamente por adeptos do pentecostalismo e neopentecostalismo, representados pelas igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus (ver anexo). São na sua maioria homens casados, muitos dos quais ocupam os meios de comunicação. A maioria está

⁰⁹ <https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/11/21/Qual-%C3%A9-o-perfil-da-Frente-Parlamentar-Evang%C3%A9lica-no-Brasil>

em partidos do centro e direita, com alto índice de trocas partidárias.

Segundo o DIAP, "Nos últimos pleitos, excetuando a eleição de 2006, a bancada evangélica vinha apresentando crescimento médio de 20%. Em 2014, o crescimento foi pequeno e, em 2018, registra-se aumento de pouco mais de 10%. Apesar de o aumento no quantitativo ter sido de apenas 10 nomes, entre os 41 reeleitos e 44 novos parlamentares, há campeões de votos em seus estados. Desses, 9 deputados obtiveram votações muito expressivas e atingiram o quociente eleitoral em suas respectivas unidades federativas." Como é o caso do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) e da deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), os dois somaram mais de 2 milhões e 800 mil votos.

Para nós, a bancada evangélica se soma a outros congressistas, em sua maioria cristãos e eleitos pela pauta "moral", para configurar o que chamamos de Bancada Fundamentalista do Congresso Nacional. A Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida¹⁰, liderada pela deputada Chris Tonietto(PSL/RJ) e com 206 participantes; a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana¹¹, com 216 membros; e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, sob a coordenação do deputado Diego Garcia (PODE/PR) e com 219 deputados e deputadas, congregam parlamentares que construíram suas candidaturas e pautam a agenda contra os direitos das mulheres.

As lideranças dessas Frentes e Bancadas são figurinhas carimbadas nos projetos de lei que consideramos mais críticos em relação aos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres, como o Diego Garcia (PODE/PR), autor do Estatuto da Família, o senador Marcos Rogério¹², que foi relator do Estatuto do Nas-

¹⁰ <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54150>

¹¹ <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54077>

¹² <http://depmarcosrogerio.com.br/category/observatorio-da-familia/>

cituro e um dos principais oradores e articuladores da Frente Parlamentar Evangélica. O deputado mantém em sua web um observatório da família, onde tem referências fundamentalistas de suas falas sobre aborto, casamento homoafetivo, estatuto da família, entre outros.

Infelizmente, o destaque fundamentalista de 2019 foi para a deputada Chris Tonietto(PSL/RJ), que em seu primeiro mandato protagonizou proposições e discursos que defenderam a anulação total do direito ao aborto legal. Muito jovem, 27 anos, é de extrema direita, quer alterar o código civil para atacar ainda mais as mulheres. Partidária do Escola Sem Partido e contra a ideologia de gênero, aproximou-se da política por sua defesa das causas pró-vida, pró-família e contrária ao aborto e as pautas LGBT. Sob o argumento de “não dá para ‘desestuprar’ uma mulher”, a deputada encabeçou um projeto de lei, o PL 2.893/19, contra o aborto inclusive para mulheres que sofreram estupro. Foram 102 propostas legislativas de sua autoria em 2019, incluindo escola sem partido e homeschooling. Dentre elas, destacamos:

- **PL 4152/2019 (Ementa: Altera o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena dos crimes contra o sentimento religioso)**
- **PL 4150/2019 (Ementa: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil.)**
- **PL 4149/2019 (Ementa: Institui a Semana Nacional do Nascituro)**
- **PL 564/2019 (Ementa: Dispõe sobre a representação e defesa dos interesses do nascituro), EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2.046, DE 2011. Suprimam-se, do art. 2º do Projeto de Lei em epígrafe, as expres-**

sões “sexualidade” e “planejamento familiar” constantes da redação proposta para o inciso II do §2º do art. 19 da Lei nº 11.343/2006.

ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE MULHERES

As Bancadas Femininas da Câmara e do Senado Federal são compostas por todas as deputadas e senadoras que assumem seus mandatos na Câmara e no Senado. No entanto, poucas atuam de fato nesses espaços, pois o engajamento depende da correlação de forças que se estabelece em cada uma das casas e dos interesses das parlamentares nas pautas.

As coordenadoras geralmente exercem um papel importante de articulação dos diversos interesses das parlamentares da Bancada Feminina. Os temas de debate costumam se concentrar em pautas como enfrentamento à violência contra as mulheres, representação política e orçamento público.

Antes, o CFEMEA fazia um acompanhamento das reuniões da Bancada Feminina, tanto para expressar as posições consensuais no movimento como para fornecer subsídios para o debate político. No entanto, desde a chamada “Era Cunha”¹³, a conjuntura política no Congresso teve um impacto tanto na capacidade da Organização de realizar esse acompanhamento, como na dinâmica da Bancada Feminina e dos outros espaços institucionais.

O perfil das parlamentares que agora estão mais atuantes nela mudou. Identificadas com a centro-

¹³ Quando Eduardo Cunha esteve à frente da presidência da Câmara Federal (2015-2016), ele lançou mão de um profundo conhecimento do Regimento Interno da casa para fazer uma série de manobras políticas para garantir a votação dos seus temas de interesse. Além de conseguir ditar o ritmo do processo de Impeachment contra Dilma Rousseff, sua forma de conduzir os trabalhos teve impacto na dinâmica da Casa. Leia mais: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2015/12/10/Como-Eduardo-Cunha-se-transformou-no-senhor-regimento-da-C%C3%A2mara>

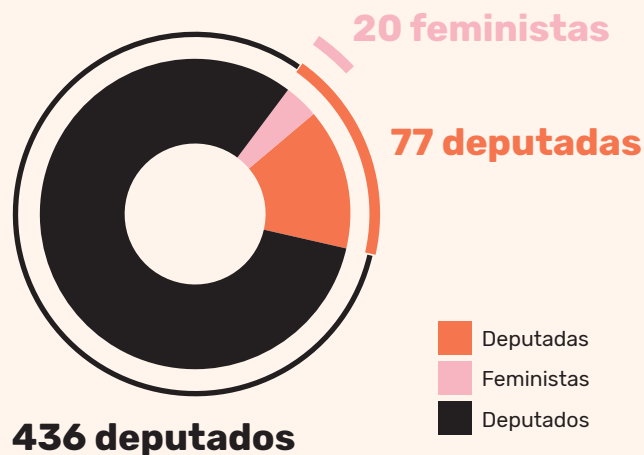
-direita, a maior parte das propostas está em consonância com a política do Governo Federal. Não há permeabilidade às pautas feministas (ver anexo). Por isso, a construção da Frente Feminista Antirracista se colocou como uma alternativa de diálogo nesse cenário. Das 77 deputadas eleitas, cerca de 20 se identificam como feministas. No entanto, Frentes não tem a mesma estrutura que as Bancada. Seu funcionamento é informal, depende do engajamento das parlamentares e das organizações e movimentos sociais envolvidos.

Além da Bancada, temos outros espaços importantes para o nosso monitoramento: Procuradoria da Mulher; as Comissões da Mulher; Comissão Mista de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, formada por deputadas e senadoras.

FEMINISTA ANTIRRACISTA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular é um marco na resistência à ofensiva conservadora, autoritária e fundamentalista contra os direitos das mulheres na América Latina. Sua proposta é promover o diálogo permanente entre movimentos de mulheres e parlamentares comprometidas com as pautas do Feminismo Antirracista.

A composição da Frente reflete a pluralidade e a diversidade das mulheres brasileiras – negras, jovens, com deficiência, periféricas, indígenas, brancas, rurais, do campo, florestas e águas – e também das deputadas, que em seus diferentes campos de atuação mantém firme o seu compromisso democrático e a luta pela igualdade. Juntas vislumbramos a possibilidade de estabelecer conexões verdadeiras e compromissos fortes da luta das mulheres e feministas, antirracista, anticapacitista, antiLGBTIfóbica e decolonial dos nossos movimentos, com o Parlamento.



Diante o esvaziamento dos espaços institucionais históricos da Bancada Feminista, vimos na construção da Frente a possibilidade de articular e construir estratégias de resistência, na contenção de projetos críticos, ocupação de espaços e proposição de debates pelas audiências, atos. A agenda da Frente pactuada, em 2019, teve como as pautas prioritárias: os ataques aos direitos sexuais, autodeterminação e justiça reprodutiva das mulheres; os ataques aos direitos LGBT e à laicidade do Estado; as ameaças à Lei Maria da Penha; a criminalização dos povos e das mulheres indígenas, como também das lutas, dos movimentos sociais e suas lideranças; a política de morte – feminicídio, genocídio da juventude negra e extermínio das populações LGBTI e indígena, os ataques aos direitos das crianças e adolescentes e redução da maioria penal; e, o avanço legislativo da “Ideologia de Gênero” e Escola sem partido.

Sob coordenação colegiada, também uma novidade no Congresso Nacional, a Frente avançou, em 2019, na articulação das pautas e entre as deputadas que atuam na defesa dos direitos das Mulheres. A coordenação conta com 6 deputadas e 6 representantes dos movimentos de mulheres. As deputadas são Talíria Petrone (PSOL/RJ), Eryka Kokay (PT/DF), Alice Portugal (PCdoB/MG), Joênia Wapichana (Rede-RR), Tereza Nelma (PSDB/AL), Lídice da Mata (PSB/BA) e os movimentos representados nessa coordenação são: Arti-

culação de Mulheres brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB),

Para além desses, os movimentos e coletivos que constroem a Frente são: Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF), Centro feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Comitê para a América Latina e o Caribe de Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Liga

Brasileira de Lésbicas (LBL), Marcha das Margaridas/Contag, Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência, , Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Fórum Ecumênico ACT-Brasil, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS), Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus, Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal, Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares- RENAP, Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH). E a Robô Beta Feminista é uma apoiadora e colaboradora das ações da Frente.

Para 2020, a expectativa é que a Frente se espalhe por alguns estados.

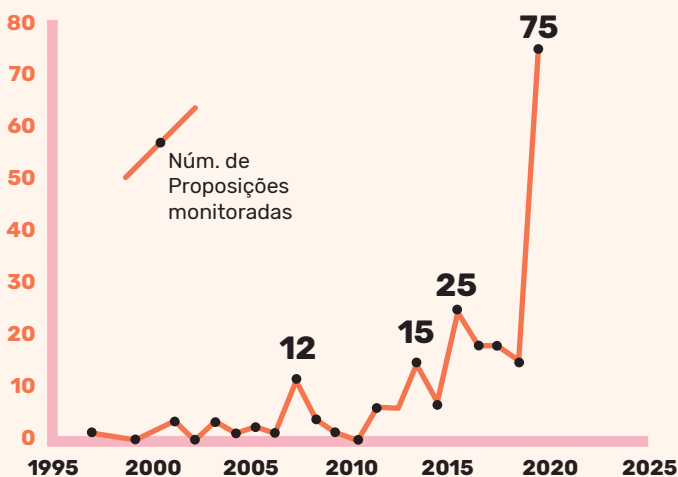


MONITORAMENTO DAS PAUTAS FEMINISTAS

CÂMARA FEDERAL

Em 2019, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria monitorou 230 proposições na Câmara Federal. 126 proposições no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, concentradas em temas como aborto, parto humanizado, reprodução humana assistida, planejamento familiar; e 82 proposições que explicitam a ofensiva fundamentalista no legislativo (ou que tentam conter essa ofensiva) concentrada em temas da educação, família e religião. Além de outras duas proposições que instituíam o Fundo Nacional dos Direitos da Mulher e o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e um conjunto de 20 proposições que incluem em suas propostas a criminalização dos movimentos sociais. Chama a atenção que 75 delas foram apresentadas em 2019, isso representa praticamente 1/3 do total de proposições monitoradas pelo Cfemea neste ano. Mesmo levando em consideração que era o primeiro ano de uma nova legislatura, esse número é elevado. Em 2015, quando também tínhamos uma nova legislatura, foram 25 proposições que entraram no nosso monitoramento.

Número de Proposições monitoradas pelo CFEMEA 1997-2019



Fonte: CFEMEA

Mas as tentativas de redução de direitos têm recebido demonstrações de resistência. Seja nos debates, com o posicionamento de parte das parlamentares contra retrocessos, seja com a apresentação de proposições que mantenham ou ampliem os direitos das mulheres, que não são inclusas no nosso monitoramento, mas que apoiamos através da nossa atuação junto às deputadas. Através da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular contribuimos com a divulgação das propostas e iniciativas nesse sentido.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos monitoramos 126 proposições: duas propostas de emenda constitucional e 124 projetos de leis. Nove delas tramitam sozinhas e 15 delas tramitam com 102 proposições apensadas. Vinte e oito dessas proposições foram apresentadas em 2019.

CÂMARA FEDERAL

Subtemas	Núm. de proposições monitoradas
Aborto	49
Parto humanizado	30
Reprodução humana assistida	19
Planejamento familiar	17
Gravidez na adolescência	04
Vítimas de violência sexual	04
Estabilidade provisória do companheiro e da gestante	01
Licença paternidade, licença adoção e licença maternidade	01
Perda do poder familiar por estupro	01
Total	126

Fonte: CFEMEA.

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

Chama a atenção que 41 das 49 proposições monitoradas que tratam do tema do aborto procuram restringir os direitos das mulheres nesse campo, seja aumentando as penas, seja revogando legislações que colocam essa possibilidade para vítimas de violência sexual, proibindo o aborto de maneira geral ou sugerindo campanhas. 1/3 dessas proposições foram apresentadas em 2019.

Ao lermos as ementas, nem sempre temos informação de que o tema do aborto é tratado. Ele pode tentar ser inserido de diferentes formas, como parte de proposições que tem outro objeto. Entre as proposições monitoradas, por exemplo, estão algumas que tratam do atestado de óbito, pois existe o risco de, por meio destes, se tentar criar registros que possibilitem a criminalização do aborto. Em legislação sobre trânsito já se tentou incluir o direito à vida desde a concepção, ao se tratar da morte de mulheres grávidas. A PEC que trata da licença maternidade em caso de parto de prematuro teve o direito à vida desde a concepção incluído no texto, por meio de uma emenda. Portanto, nesse monitoramento, precisamos estar atentas às variadas e diferentes formas de criminalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Entre as 41 proposições contrárias ao aborto 17 tentam inviabilizar totalmente esse direito das mulheres, seja inserindo o direito à vida desde a concepção na Constituição, instituindo o estatuto do nascituro, restringindo a lei sobre atendimento a pessoas em situação de violência sexual ou proibindo o aborto em qualquer hipótese.

Aborto – 49 proposições (02 PECs e 47 PLs)

Direito à vida desde a concepção	11
Penalização	09
Instituem dia, semana ou programa de conscientização antiaborto	08
Atestado de óbito (risco de criação de registro criminalizante)	05
Apoio à mulher em caso de estupro	03
Restringem a lei sobre atendimento a pessoas em situação de violência sexual	03
Proibição em qualquer hipótese	03
Licença maternidade e estabilidade em caso de aborto não criminoso	04
Autoriza aborto terapêutico e obriga oferta de contraceptivos de emergência	02
Objeção de consciência	01
Total	49

PARTO HUMANIZADO

As 30 proposições que tratam do parto humanizado em sua maioria ampliam os direitos para as mulheres, ao instituírem medidas que contribuem para a humanização da assistência e proteção contra a violência obstétrica, permitem a presença de acompanhantes e doulas ou vedam a utilização de algemas durante o parto.

Parto humanizado – 30 proposições (30 PLs)

Humanização da assistência e proteção contra a violência obstétrica	11
Permite a presença de acompanhante e doula	08
Assegura a parturiente o uso de anestésicos e a opção pela cesariana	03
Obriga planos de saúde a garantirem profissional	02
Obriga a oferta de cursos	02
Assegura a gestante com deficiência auditiva o interprete de libras	02
Veda a utilização de algemas	01
Registro de som e imagens nas consultas	01
Total	30

PLANEJAMENTO FAMILIAR

As 17 proposições que tratam do planejamento familiar em sua maioria ampliam os direitos para as mulheres, ao ampliarem as possibilidades de realização da esterilização ao, por exemplo, retirarem a exigência de consentimento do cônjuge ou ampliarem a oferta de métodos anticoncepcionais e de reprodução humana assistida. Duas delas restringem direitos, ao proibirem a pílula do dia seguinte o inserirem o direito à vida desde a concepção como parte integrante do planejamento familiar.

Planejamento familiar – 17 proposições (17 PLs)

Amplia as possibilidades de realização de esterilização	10
Obriga o SUS a ampliar a oferta de métodos anticoncepcionais e de reprodução	04
Proibição da pílula do dia seguinte	01
Direito à vida desde a concepção como parte integrante do planejamento	01
Interrupção voluntária da gravidez como parte integrante do planejamento	01
Total	17

Para além dos blocos detalhados monitoramos também no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, 19 proposições que tratam da reprodução humana assistida, 04 que tratam da gravidez na adolescência e 04 que tratam de vítimas de violência sexual. E acompanhamos também o debate sobre a estabilidade do companheiro e da gestante e a regulamentação das licenças paternidade, licença adoção e licença maternidade por estas duas proposições trazerem projetos de lei pensados que tratam do tema do aborto.

LAICIDADE

No campo da laicidade monitoramos 82 proposições: três projetos de decreto legislativo, uma proposta de emenda constitucional e 78 projetos de leis. Cinco delas tramitam sozinhas e 10 delas tramitam com 67 proposições apensadas. Trinta e nove dessas proposições foram apresentadas em 2019. Esse bloco de proposições, em sua grande maioria, demonstram a ofensiva fundamentalista em três grandes campos: educação, religião e famílias.

Laicidade	Proposições
Educação	36
Religião	32
Famílias	11
Outros	03
Total	82

EDUCAÇÃO

Entre as 36 proposições monitoradas no campo da educação, 24 delas explicitam a ofensiva fundamentalista, seja obrigando o ensino da bíblia e o criacionismo, instituindo a escola sem partido ou ideologia de gênero, militarizando o ensino ou proibindo a discussão sobre diversidade, educação sexual ou a participação de alunos em manifestações. E 12 dessas proposições procuram enfrentar essa onda fundamentalista, propondo uma educação democrática e livre, assegurando um ensino religioso não confessional e facultativo e sustando a militarização do ensino.

Educação – 36 proposições (03 PDLs e 33 PLs)

Ofensiva fundamentalista – ensino da bíblia, religioso, criacionismo	09
Ofensiva fundamentalista – ideologia de gênero	07
Ofensiva fundamentalista – escola sem Partido	02

Ofensiva fundamentalista – restringe discutir diversidade ou educação sexual	02
Ofensiva fundamentalista – autoriza alunos gravarem aulas	01
Ofensiva fundamentalista – exclui o crime de injúria se professor ou religioso	01
Ofensiva fundamentalista – militarização do ensino	01
Ofensiva fundamentalista – proíbe participação de alunos em manifestações	01
Enfrentamento ao fundamentalismo – educação democrática e livre	08
Enfrentamento ao fundamentalismo – ensino religioso não confessional e facultativo	01
Enfrentamento ao fundamentalismo – militarização do ensino – susta o programa	03
Total	36

FAMÍLIAS

As 11 proposições monitoradas nesse campo também explicitam a ofensiva fundamentalista, com 10 propostas restringindo a concepção de família exclusivamente àquelas constituídas por um homem e uma mulher.

Famílias – 11 proposições (11 PLs)

Ofensiva fundamentalista – institui o Estatuto das Famílias = homem e mulher	08
Ofensiva fundamentalista – institui a Semana de Valorização da Família	01
Ofensiva fundamentalista – restringe o poder da família no caso de incapazes	01
Enfrentamento ao fundamentalismo – estatuto das Famílias do Séc. XXI	01
Total	11

RELIGIÃO

As 32 proposições monitoradas nesse campo também explicitam a ofensiva fundamentalista, com 26 propostas aumentando a pena do crime contra o sentimento religioso, dispendo sobre a responsabilidade de organizações religiosas, considerando organizações religiosas como entidades beneficentes. Muitas dessas proposições trazem em sua justificativa a tentativa de impedir o humor e a sátira sobre esse tema.

Religião – 32 proposições (01 PEC e 31 PLs)

Ofensiva fundamentalista – penaliza ou tipifica crime contra sentimentos religiosos	13
Ofensiva fundamentalista – dispõe sobre responsabilidade de organizações religiosas	06
Ofensiva fundamentalista – dispõe sobre o desrespeito público à crença religiosa	03
Ofensiva fundamentalista – organizações religiosas como entidades beneficentes	02
Ofensiva fundamentalista – autoriza associações religiosas a propor ADI e ADC	01
Ofensiva fundamentalista – colaboração com organizações religiosas	01
Enfrentamento ao fundamentalismo – penalização intolerância religiosa	05
Enfrentamento ao fundamentalismo – institui a Lei Nacional de Liberdade Religiosa	01
Total	32

Para além desses três grandes blocos, monitoramos também uma proposição que tenta conter a “ideologia de gênero” entre os agentes comunitários de saúde e outras duas que tornam crime o STF – Supremo Tribunal Federal usurpar a competência do Poder Legislativo.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Brasil figura entre os países mais violentos para ativistas e defensores de direitos humanos do mundo. Como se isso não bastasse, os poderes executivo e legislativo brasileiros tem investido contra a luta por direitos na sociedade brasileira desde 2016, com a aprovação relâmpago da lei 13.260, conhecida como Lei Antiterrorismo. A lei ordinária é de autoria do poder executivo, na época o governo Dilma que organizava a casa para receber as Olimpíadas sob fortes protestos. No processo de discussão e aprovação, esta lei gerou grande polêmica e, por incidência dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o texto aprovado incluiu um parágrafo que impede que movimentos sociais e manifestantes sejam enquadrados na lei. Desde então, a agenda “antiterrorismo”, para a criminalização dos movimentos no Congresso Nacional está crescendo. De fato, o objetivo dos conservadores é frear a ação dos movimentos sociais que lutam por direitos.

Tramitam na Câmara Federal 23 proposições que de alguma maneira dão margem à criminalização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, sendo 11 delas apresentadas em 2019.

A maior parte desses projetos de lei visa ampliar a compreensão atual do crime de terrorismo que consta na Lei 13.260, retirando a salvaguarda a movimentos sociais que consta no parágrafo II do artigo 1º da lei, para enquadrar atos que atentem contra a propriedade privada ou que envolvam o bloqueio de vias públicas, por exemplo. Muitos PLs também objetivam inserir o termo “motivação política e ideológica” como

elemento da definição do terrorismo, permitindo que atos políticos sejam enquadrados e criminalizados pela lei. Outros incidem ainda sobre a capacidade do Estado de monitorar virtual ou presencialmente pessoas ou grupos por meio de coleta de dados, mapeamento genético, coleta de dados via aplicativos ou redes sociais, infiltração de policiais em movimentos e organizações da sociedade civil, interceptação telefônica, entre outras práticas que, sob a justificativa de combate ao terrorismo, violam o direito à privacidade e as liberdades individuais e coletivas.

CÂMARA FEDERAL

Ano de apresentação	Proposições monitoradas
2019	08
2018	05
2017	03
2016	03
2013	01
Total	20

Entre os projetos que tramitam na Câmara, podemos destacar o PL 1595/2019, apresentado em 19 de março de 2019 e que teve movimentação acelerada nas Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN. A proposta visa disciplinar as ações contraterroristas e controle de danos pelo Estado, criando uma série de medidas para a prevenção e repressão de atos que, mesmo que não sejam considerados terroristas pela lei, sejam considerados potencialmente destrutivos em relação a alguma infraestrutura, serviço público essencial ou o que chamam de “recurso-chave”.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

ALTERAÇÕES NA LEI MARIA DA PENHA¹⁴

**Análise de Myllena Calazans, colaboradora do CFEMEA*

Em 2016, no décimo aniversário da LMP, o contexto político adverso às práticas democráticas e a aprovação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, com a subsequente tomada da Presidência por Michel Temer, deram início ao desmonte da SPM, à participação do CNJ na implementação da lei em áreas elencadas como responsabilidade do Poder Executivo e à apresentação e rápida tramitação de projeto de leis com foco na LMP.

Levantamento realizado em julho de 2016, pelo Consórcio Lei Maria da Penha, já identificara a existência de mais de 100 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional modificando a LMP. Em 2019, 6 novas leis foram promulgadas modificando diretamente a LMP e tem-se o acumulado exponencial de mais de 300 proposições (tramitando e arquivadas). As novas leis possuem como características a predominância de autoria masculina dos PIs aprovados (5 são de deputados, 2 de deputadas e 2 em co-autoria); a tramitação em regime de urgência; a ausência de diálogo e de participação do movimento feminista; o reforço aos mecanismos punitivos; e, principalmente, a dispensabilidade da maioria das alterações.

Do conjunto de 224 propostas tramitando, 143 (64%) alteram diretamente e 81 (36%) delas modificam indiretamente o texto da LMP e, caso aprovadas, refle-

tirão na proposta original e funcionamento da norma ora analisada. O conjunto normativo presente na LMP e nas propostas legislativas demonstra que a lei configura um microsistema de direitos e não tem somente como objetivo a resolução do problema da violência doméstica e familiar contra as mulheres por meio de medidas penais.

Com relação ao ano de apresentação dos PLs, em 2019, primeiro ano da 56ª Legislatura, as/os parlamentares apresentaram 126 iniciativas, correspondendo a 56,25% do total das propostas e ao dobro do acumulado dos projetos na 55ª Legislatura, que somam 61 iniciativas. É um comportamento comum das/os congressistas apresentarem mais proposições no primeiro ano da Legislatura ou no primeiro ano de seus mandatos. Outro comportamento é apresentar projetos resgatando as iniciativas de outros colegas que não se reelegeram e tiveram as proposições arquivadas ao final da Legislatura.

Todavia, comparando a produção em 2019 com o trabalho na Legislatura anterior, a linha ascendente de crescimento das iniciativas não deixa de chamar atenção de quem acompanha a agenda dos direitos das mulheres no Poder Legislativo e requerer um olhar apurado para os motivos e o que pode representar o interesse de 151 representantes, das mais variadas matizes ideológicas, com a área de enfrentamento à violência contra as mulheres e com a LMP.

A maior preocupação das organizações de mulheres é com a descaracterização da Lei e redução do seu propósito à questão penal. Como foi idealizada, ela também leva em conta a criação de mecanismos de prevenção e de promoção da autonomia das mulheres. Para 2020, a expectativa é realizarmos ações via Frente Parlamentar Feminista e Antirracista para sensibilizar as deputadas sobre a questão.

14 O estudo completo sobre as alterações na Lei Maria da Penha será disponibilizado em breve no site do Cfemea – www.cfemea.org.br

SENADO FEDERAL

Em 2019, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria monitorou 11 proposições no Senado Federal, sendo 8 proposições no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, concentradas no tema do aborto; e três proposições que incluem em suas propostas a criminalização dos movimentos sociais. Seis dessas proposições foram apresentadas em 2019.

SENADO FEDERAL

Ano de apresentação	Proposições monitoradas
2019	06
2018	02
2016	01
2015	01
2012	01
Total	11

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

As proposições apresentadas nesse campo, em sua esmagadora maioria restringem o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez. Só uma delas amplia os direitos das mulheres, ao facilitar a realização do procedimento de esterilização voluntária no SUS. Chama a atenção que cinco dessas proposições que restringem o direito ao aborto tenham sido apresentadas em 2019.

Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - 8 proposições (01 PEC, 02 PLS e 5 PLs)

Aborto - aumento de pena	03
Aborto - direito à vida desde a concepção	02
Aborto - proibição de aborto preventivo em doenças do Aedes Aegypti	01
Aborto - distribuição de material que fale dos seus riscos	01

Esterilização voluntária – facilita a realização do procedimento no SUS 01

Total 08

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Tramitam no Senado Federal três proposições que incluem na sua proposta alguma margem para a criminalização dos movimentos sociais. Uma foi apresentada em 2016, outra em 2018 e a última em 2019. No Senado, o conteúdo das proposições caminha no mesmo sentido das que tramitam na Câmara, visando alterar a lei antiterrorismo para enquadrar na lei e criminalizar ações de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e proteger a propriedade privada.

Podemos destacar o PLS 272/2016, que além de ampliar a definição de terrorismo para incluir os movimentos sociais, criminaliza também a ideia difusa de “apologia ao terrorismo”, com penas aumentadas quando proferida na internet. O PL teve parecer favorável do relator Magno Malta na legislatura passada e nesta legislatura já tem um novo relator designado, o deputado Alessandro Vieira (PPS/SE), e aguarda o seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O PL 650/2019 também propõe ampliar a definição de terrorismo para enquadrar o que o senador Márcio Bittar (MDB/AC) chama de “movimentos pseudossociais”, cujas ações possam ocasionar “invasão de prédios públicos ou propriedade privada, bloqueio de vias públicas, tentativa de impedimento do direito de ir e vir, depredação de máquinas, instalações ou plantações”.

É interessante perceber que no ano de 2019, entre a Câmara e o Senado, 12 propostas legislativas tratando da temática foram apresentadas no Congresso Nacional. Os autores são majoritariamente deputados

e Senadores do PSL ou da base aliada do governo, o que ressalta o engajamento do governo em atacar a liberdade de organização, oposição e manifestação da sociedade civil, em perseguir e criminalizar os movimentos que se opõem e que lutam contra a sua agenda ultra neoliberal, racista, misógina e autoritária. Também chama a atenção o fato de que praticamente todas as propostas legislativas que visam ampliar a compreensão do crime de terrorismo mencionam explicitamente movimentos sociais que se utilizam da ação direta em suas estratégias, como a ocupação de propriedades rurais improdutivas, imóveis urbanos ou o bloqueio de vias públicas.

PROJETOS APROVADOS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Diversas ações foram realizadas pelos movimentos de mulheres para tentar barrar a Reforma da Previdência, desde um acorrentamento simbólico no Senado Federal até a realização de um Tribunal das Mulheres, cujo relatório foi entregue às deputadas. No entanto, tivemos uma grande derrota. No dia 12 de novembro, a Emenda 103/2019 foi promulgada, alterando o sistema previdenciário e regras de transição foram estabelecidas. Além da modificação da idade mínima, as regras de cálculo para o valor do benefício mudaram.

Para 2020, ainda está em tramitação a proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC Paralela (PEC 133/2019), que possibilita a extensão das regras de servidores federais para os estaduais e municipais. O texto já passou pelo Senado e aguarda deliberação da Câmara. Sete estados, no entanto, já fizeram mudanças: Alagoas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão e Espírito Santo. Outro debate para 2020 é o regime de capitalização.

PACOTE MORO

O projeto de lei 10.372/18, conhecido como pacote anticrime, incluiu propostas feitas por deputados e pelos ministros Alexandre Moraes (STF) e Sergio Moro (Justiça) e foi aprovado em 4 de dezembro de 2019 no Congresso. Dentre os principais pontos aprovados está o aumento do tempo máximo para o cumprimento da pena, que passou de 30 para 40 anos. O aumento das penas previstas para crimes como difamação em redes sociais, roubo com uso de arma branca e homicídio com arma de fogo de uso restrito ou proibido, como é o caso dos fuzis. O projeto de lei também aumentou o número de crimes considerados hediondos.

No entanto, a avaliação é de que a estratégia de “redução de danos” do Pacote funcionou. Ao todo, 11 pontos foram retirados da proposta original. As três principais derrotas do ministro foram: mudanças nas regras para o “excludente de ilicitude”; criação do “plea bargain” e prisão após condenação em segunda instância. Temas que devem voltar aos debates do Congresso este ano.

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE

Em dezembro de 2019, a Câmara derrubou o veto presidencial a um projeto que obriga os profissionais da área da saúde ficarem obrigados a registrar indícios ou violência contra a mulher nos prontuários e comunicar a autoridade policial em 24 horas.

Proposto pela Deputada Renata Abreu (Podemos/SP), ele alterou a Lei 10.778 de 2003, que já tratava da notificação de casos de violência contra a mulher para fins estatísticos. Com a nova Lei, a notificação passa a ser para os órgãos de Segurança Pública. Há uma

quebra de sigilo das informações da paciente e ainda pode fazer com que as mulheres deixem de procurar os serviços de saúde quando forem atendidas, com medo das consequências¹⁵.

Nosso esforço conjunto – grupos de mulheres, defensoras e profissionais de saúde – para convencer os/as parlamentares sobre os problemas do projeto, ele se mostrou aquém. A maior parte do Congresso foi a favor da transformação dele em Lei. O resultado ligou nossos alertas sobre a quantidade de projetos na área de violência e a superficialidade com que o debate está sendo travado no Parlamento.

COMENTÁRIOS FINAIS E PERSPECTIVAS PARA 2020

Ao analisarmos o bloco de proposições monitoradas pelo CFEMEA, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, é fácil percebermos o aumento de propostas que retiram ou restringem os direitos das mulheres. Uma parte significativa dessas proposições foram apresentadas em 2019, o que reforça a avaliação de que a esmagadora maioria de parlamentares que tomaram posse nessa legislatura é ainda mais conservadora do que a representação anterior – que já não primava pela defesa e promoção dos direitos das mulheres.

Essa constatação só demonstra a necessidade dos movimentos feministas e de mulheres se organizarem e atuarem de maneira articulada com as bancadas progressistas da Câmara e Senado. É necessário denunciar a ofensiva fundamentalista e conservadora que investe contra a democracia e os direitos da maioria do povo brasileiro.

.....
¹⁵ No dia 10 de março, a revista Azmina publicou uma reportagem do que muda agora que a Lei entrou em vigor: <https://azmina.com.br/reporgens/sus-pode-deixar-de-ser-porta-de-saida-da-violencia/>.

Em 2020, a agenda neoliberal de regressão de direitos ainda deverá ser o principal foco do Governo Federal, como também, dos presidentes do Senado e da Câmara. A reforma tributária, mais um passo na desconstrução de qualquer possibilidade de justiça social, será a principal agenda desse primeiro semestre.

Em 2019, apesar das pautas morais estarem presentes no discurso do atual Governo, no Congresso o tema continuou sendo de interesse do “segundo escalão”, entre deputados com atuação de menos destaque. Além disso, os principais ataques são indiretos e visam a desconstrução dos serviços e inviabilização do atendimento às vítimas de violência sexual.

Quando o Congresso se voltar para as eleições municipais, no segundo semestre desse ano, precisamos observar a continuidade da territorialização da agenda conservadora fundamentalista e militarista. As projeções se consolidam cada vez mais pessimistas para a agenda progressista, mas apostaremos em plataformas feministas e candidaturas que se construirão na defesa de direitos.

A composição e as presidências das comissões importantes para nós será acompanhada de perto para termos o mapa das relatorias dos projetos monitorados e uma análise contínua das possibilidades de votações e avanços desses projetos. São elas a Comissão em Defesa dos Direitos das Mulheres – CMulher, Comissão Direitos Humanos – CDHH, Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, na Câmara e, no Senado, a Comissão de Assuntos Sociais – CAIS, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É importante ressaltar que não estamos no momento de avançar no direito à interrupção voluntária da gravidez no Brasil. Estamos no momento de impedir os

retrocessos na legislação e no atendimento às vítimas de violência sexual. E construir os caminhos para uma mudança cultural que nos leve a esse direito em qualquer situação. É nesse sentido que reforçaremos a articulação em torno da Frente Parlamentar Feminista

Antirracista, impulsionando-a para que se espalhe pelos estados. De forma que a agenda feminista no Congresso Nacional tenha força de resistência, como tem mostrado nos últimos anos, e criando possibilidade de debate com a sociedade.



ANEXO 1

BANCADA EVANGÉLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PARTIR DE 2019

DEPUTADOS FEDERAIS	PARTIDO	UF	Nº DE MANDATOS	VOTAÇÃO EM 2018	SITUAÇÃO	PROFISSÃO	EVANGÉLICA
<i>Alan Rick</i>	DEM	AC	2º	22.263	Reeleito	Jornalista e Administrador	Assembleia de Deus
<i>Manuel Marcos</i>	PRB	AC	1º	7.489	Novo	Pastor	IURD
<i>JHC</i>	PSB	AL	2º	178.645	Reeleito	Empresário	Igreja Internacional da Graça de Deus
<i>Severino Pessoa</i>	PRB	AL	1º	70.413	Novo	Empresário	-
<i>Silas Câmara</i>	PRB	AM	6º	117.181	Reeleito	Empresário	Assembleia de Deus
<i>Aline Gurgel</i>	PRB	AP	1º	16.519	Nova	Advogada	IURD
<i>André Abdon</i>	PP	AP	2º	12.856	Reeleito	Engenheiro	Assembleia de Deus
<i>Abílio Santana</i>	PHS	BA	1º	50.345	Novo	Pastor e Empresário	Assembleia de Deus
<i>Alex Santana</i>	PDT	BA	1º	62.922	Novo	Corretor de Imóveis, Seguros, Títulos e Valores, Empresário e Auxiliar de Contabilidade	Assembleia de Deus
<i>Márcio Marinho</i>	PRB	BA	4º	95.204	Reeleito	Comunicador e Gestor Público	IURD
<i>Pastor Sargento Isidório</i>	Avante	BA	1º	323.264	Novo	Policial Militar e Técnico em Enfermagem	Assembleia de Deus
<i>Sérgio Brito</i>	PSD	BA	6º	105.427	Reeleito	Empresário, Servidor Público e Administrador de Empresas	Batista
<i>Dr. Jaziel</i>	PR	CE	1º	65.300	Novo	Médico	Assembleia de Deus
<i>Heitor Freire</i>	PSL	CE	1º	97.201	Novo	Administrador e Empresário	Evangelho Pleno
<i>Moses Rodrigues</i>	MDB	CE	2º	128.526	Reeleito	Empresário, Administrador e Professor	Adventista
<i>Julio Cesar Ribeiro</i>	PRB	DF	1º	79.775	Novo	Pastor e Advogado	IURD
<i>Dra. Soraya Manato</i>	PSL	ES	1º	57.741	Nova	Médica e Empresária	Maranata
<i>Lauriete</i>	PR	ES	2º	51.983	Nova	Empresária e Música	Assembleia de Deus
<i>Sérgio Vidigal</i>	PDT	ES	2º	73.030	Reeleito	Médico	Batista
<i>Glaustin Fokus</i>	PSC	GO	1º	100.437	Novo	Empresário e Administrador	Assembleia de Deus

João Campos	PRB	GO	5°	106.014	Reeleito	Delegado da Polícia Civil	Assembleia de Deus
Cleber Verde	PRB	MA	4°	101.806	Reeleito	Servidor Público, Advogado e Professor	Congregação Cristã
Pastor Gildenemyr	PMN	MA	1°	47.757	Novo	Pastor e Jornalista	Assembleia de Deus
Gilberto Abramo	PRB	MG	1°	162.092	Novo	Teólogo	IURD
Léo Motta	PSL	MG	1°	51.073	Novo	Cantor Gospel	Assembleia de Deus
Lincoln Portela	PR	MG	6°	105.731	Reeleito	Comunicador	Batista Nacional
Lucas Gonzalez	Novo	MG	1°	64.022	Novo	Empresário e Advogado	Batista Nacional
Marcelo Álvaro Antônio	PSL	MG	2°	230.008	Reeleito	Empresário	Maranata
Stefano Aguiar	PSD	MG	3°	115.795	Reeleito	Administrador de Empresas	Evangelho Quadrangular
Rose Modesto	PSDB	MS	1°	120.901	Nova	Servidora Pública	Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo
José Medeiros	Pode	MT	1°	82.528	Novo	Policia Rodoviário Federal	Presbiteriana
Olival Marques	DEM	PA	1°	135.398	Novo	Teólogo e Cantor Gospel	Assembleia de Deus
Paulo Bengtson	PTB	PA	1°	96.722	Novo	Pastor e Veterinário	Igreja do Evangelho Quadrangular
Vavá Martins	PRB	PA	1°	158.717	Novo	Radialista e Apresentador de TV	IURD
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	3°	120.220	Reeleito	Empresário	Batista
André Ferreira	PSC	PE	1°	175.834	Novo	Bacharel em Turismo e Empresário	Assembleia de Deus
Ossesio Silva	PRB	PE	1°	65.939	Novo	Pastor	IURD

.....
 Fonte: DIAP

ANEXO 2

RADIOGRAFIA DA BANCADA FEMININA

Deputada	Partido	UF	Frente Feminista Antirracista?	Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher?	Alguma frente contra aborto?	Luta contra aborto é agenda central de sua atuação na Câmara?	A favor da ideologia de gênero
<i>Adriana Ventura</i>	NOVO	SP	Não				Sim
<i>Alê Silva</i>	PSL	MG	Não	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Aline Gurgel</i>	Republicanos	AP	Não	Sim	Sim	Não	
<i>Aline Sleutjes</i>	PSL	PR	Não	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Angela Amin</i>	PP	SC	Sim	Sim	Sim	Não	
<i>Bia Cavassa</i>	PSDB	MS	Sim	Não	Sim	Não	
<i>Bia Kicis</i>	PSL	DF	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Bruna Furlan</i>	PSDB	SP	Não	Não	Não	Não	
<i>Carla Zambelli</i>	PSL	SP	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Caroline De Toni</i>	PSL	SC	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Celina Leão</i>	PP	DF	Não	Sim	Sim	Não	
<i>Chris Tonietto</i>	PSL	RJ	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<i>Christiane De Souza Yared</i>	PL	PR	Sim	Sim	Sim	Não	
<i>Daniela Do Waguinho</i>	MDB	RJ	Sim	Sim	Sim	Não	
<i>Dra. Soraya Manato</i>	PSL	ES	Sim	Sim	Sim	Não	
<i>Dra. Vanda Milani</i>	Solidariedade	AC	Sim	Não	Sim	Não	
<i>Dulce Miranda</i>	MDB	TO	Não	Não	Não	Não	
<i>Edna Henrique</i>	PSDB	PB	Não	Não	Sim	Não	
<i>Elcione Barbalho</i>	MDB	PA	Sim	Sim	Não	Não	
<i>Flávia Arruda</i>	PL	DF	Não	Sim	Não	Não	
<i>Flordelis</i>	PSD	RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Geovania De Sá</i>	PSDB	SC	Não	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Iracema Portella</i>	PP	PI	Não	Sim	Não	Não	
<i>Jaqueline Cassol</i>	PP	RO	Não	Sim	Não	Não	Sim
<i>Jéssica Sales</i>	MDB	AC	Sim	Não	Sim	Não	
<i>Joice Hasselmann</i>	PSL	SP	Não	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Lauriete</i>	PL	ES	Não	Não	Sim	Não	Sim

Luisa Canziani	PTB	PR	Não	Sim	Sim	Não	
Magda Mofatto	PL	GO	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Major Fabiana	PSL	RJ					Sim
Mara Rocha	PSDB	AC	Não	Sim	Sim	Não	
Margarete Coelho	PP	PI	Não	Sim	Não	Não	
Maria Rosas	Republica- nos	SP	Não	Sim	Não	Não	Sim
Mariana Carvalho	PSDB	RO	Não	Não	Sim	Não	
Norma Ayub	DEM	ES	Sim	Não	Não	Não	
Policial Katia Sastre	PL	SP	Não	Não	Sim	Não	Sim
Professora Dayane Pimentel	PSL	BA	Não	Não	Sim	Não	Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO	Não	Sim	Sim	Não	
Renata Abreu	PODE	SP	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Rosângela Gomes	Republica- nos	RJ	Não	Sim	Sim	Não	
Rose Modesto	PSDB	MS	Sim	Não	Sim	Não	
Shéridan	PSDB	RR	Não	Não	Sim	Não	
Soraya Santos	PL	RJ	Não	Sim	Não	Não	
Tereza Nelma	PSDB	AL	Sim	Sim	Não	Não	
Soraya Manato							
Senadora Selma Arruda	PSL	MT					

.....

Elaborado por Patrícia Rangel

MULHERES E

RESISTÊNCIA

NO CONGRESSO NACIONAL

2019

